

Políticas públicas, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia ocidental

Ligia T. Lopes Simonian

Apresentação

O lançamento deste dossiê ocorre em um momento de crise profunda nos âmbitos ambiental, econômico, político-institucional e ideológico, o que ocorre no mundo todo, mas particularmente na Pan-Amazônia. Estes processos todos têm sido permeados pela violência, quer seja de natureza psicológica, física ou de outras. As queimadas indiscriminadas da floresta amazônica e a matança de lideranças indígenas e não-indígenas são ocorrências desumanas e, portanto, inaceitáveis.

Na Amazônia brasileira, depois de o governo do país ter atacado em 2019 os resultados sobre o aumento imenso das queimadas e do desmatamento da floresta eles foram comprovados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE em agosto do ano em curso. Então, se revelou terem sido estas ações mais amplas ainda – um total 65,1% do total de focos das queimadas ocorridas no país.

Em viagem recente do presidente Bolsonaro à região, ele incitou a invasão de terras indígenas, unidades de proteção, e inúmeras e amplas queimadas ocorreram quase que simultaneamente. A direita ruralista chegou a “decretar” em 10 de agosto o “dia da queimada” ou “do fogo”, o que aumentou em muito os focos de incêndios. Ainda segundo o INPE, em Novo Progresso, PA, o aumento foi de 300% em relação a 9 de agosto; e em Altamira, PA, entre 9 e 11 de agosto o aumento desses focos foi de 179%. Ainda nesta perspectiva, seguem-se assassinando indígenas e lideranças indígenas e não indígenas na Amazônia brasileira.

Na Colômbia e com o governo de direita atual, a matança de indígenas e de lideranças camponesas tem sido intensa e imensa. Há pouco, uma liderança indígena assim se manifestou: “Estamos sendo mortos por todos. A FARC nos mata, as guerrilhas nos matam, os paramilitares nos matam, as forças públicas e o Estado nos matam. Há um genocídio físico e cultural contra os povos indígenas”. Também na Amazônia colombiana, essa tem sido a realidade experimentada pelas populações indígena e campesina.

O artigo que segue acerca do Turismo trata “[...] sobre as políticas públicas de turismo e as suas implicações para a implementação do desenvolvimento sustentável e da gestão local em áreas protegidas localizadas na tríplice fronteira do Brasil, da Colômbia e do Peru”. Trata-se aqui e fundamentalmente dos indígenas que vivem no interior ou no das áreas protegidas locais e que lutam para serem incluídos nas políticas mais amplas de turismo para essa área fronteiriça. A análise comparativa ressalta uma série de tensões e de violências nessa fronteira, o que tem impactado negativamente a implementação dessas políticas públicas de turismo.

No que se refere ao texto sobre Saúde, a proposta é a de “[...] uma discussão acerca dos desafios das políticas públicas de saúde na tríplice fronteira de Tabatinga, Benjamin Constant no Brasil; de Letícia na Colômbia, e da Islândia e Santa Rosa no Peru”. E desde uma perspectiva interdisciplinar, trabalhou-se com indicadores demográficos e do sistema de saúde das cidades fronteiriças, e isso desde o conceito de fronteira e de relações inter societárias. Como resultado da pesquisa, têm-se políticas públicas de saúde propostas para população dessa área de fronteira pan-amazônica, mas que em nada levam em conta suas necessidades reais e primordiais.

Quando ao artigo que trata sobre Religiões, “[...] apresenta-se o significado e caráter de ação social no contexto [do Brasil e da Pan-Amazônia] trabalhado, e como esta ação permeia e orienta as vivências e idiosincrasias dos sujeitos sociais envolvidos, sejam adeptos com vínculo fixo ou simpatizantes somente e seus impactos para a constituição do que se pode definir como uma ação coletiva e engendrada num cenário mais amplo”. Ainda, o mesmo revela que a ‘ciência do sagrado’ é forte entre os indígenas e os caboclos e mesmo entre a população urbana dessa fronteira, com ênfase nos sistemas de cura e de solução de problemas de natureza espirituais, afetivas ou outras.

O artigo sobre o Parque Nacional Natural (PNN) Yaigóje Apaporis aborda “[...] o uso dos Regimes Especiais de Manejo – REM como alternativa para a administração de áreas

protegidas superpostas a territórios indígenas na Amazônia colombiana”. De acordo com a pesquisa preliminar realizada, percebe-se uma presença generalizada de ameaças de exploração de ouro nesse território indígena, o que acabou sustentando a declaração de criação de PNN por parte das Autoridades Tradicionais Indígenas locais. O passo seguinte seria a constituição do REM, que se caracterizaria por uma “[...] cogestão mais inovadoras e ambiciosas desenvolvidas até o momento [...]”.

O trabalho sobre as Unidades de Conservação Reserva Extrativista [RESEX] do Rio Cajari (Amapá, Brasil) e Reserva Nacional Allpahuayo Mishana (RNAM Iquitos - Peru) é resultado de pesquisa qualitativa, interdisciplinar e documental. Em campo, tratou-se de examinar as “[...] condições de vida das populações das duas reservas visitadas e [...de verificar] se o paradigma da boa vida é um objetivo das políticas públicas [...]. O ‘buen vivir’ é um paradigma alternativo de desenvolvimento que surgiu na América Latina, sendo as tentativas de implementação mais forte na região andina.

No artigo que trata sobre a Publicidade e Sustentabilidade na Amazônia peruana (Iquitos Tarapoto), “[...] investigam-se as relações existentes entre a publicidade e sustentabilidade, a partir de verificação da percepção de publicitários de agências de publicidade da Amazônia peruana, medida por meio de indicadores definidos previamente”. Todavia, buscou-se identificar “[...] os níveis de práticas sustentáveis adotadas pelas agências de publicidade para a construção de uma Sociedade Sustentável [...]”. Pelos resultados da pesquisa, percebe-se que essas agências de publicidade não

têm tido interesse na transformação rumo a uma sociedade mais sustentável.

O trabalho acerca da fronteira Brasil-Bolívia trata de verificar e analisar “[...] como os atores sociais [...] participam direta ou indiretamente do processo de governança do Parque Estadual de Guajará-Mirim, da Estação Ecológica Taiamã, e do Parque Nacional Noel Kempf Mercado- BO [...]”. Neste contexto, ainda busca-se saber como tais atores “[...] articulam-se e viabilizam ações coletivas e pontuais a fim de impactar positivamente na gestão dessas áreas em vista à conservação da biodiversidade”. Ao ter por base uma metodologia interdisciplinar, procurou-se acercar-se do campo “[...] para uma definição melhor do tema, delimitação do problema e formulação da hipótese [...]” de um projeto de tese de doutoramento.

Ao final, pode-se argumentar que todos os artigos acima revelam muito sobre a ausência de políticas públicas voltadas à natureza e à sociedade na Amazônia ocidental. Também e ao aprofundarem a investigação e a análise, todos apontam para insustentabilidades consistentes dos programas e processos de gestão do desenvolvimento ali implementados. Eles ainda ressaltam sobre a importância do fortalecimento dos processos participativos, quer dos povos indígenas, das populações agroextrativistas, camponesas e urbanas, com vistas à efetivação de políticas e de gestão públicas e de governança no trato das questões fronteiriças, ambientais e sociais.